

Taiana Castrillon Dionello

Processo e Consensualidade

Uma investigação do acordo
de não persecução civil

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumário

1 Introdução.....	1
2 O processo no Estado Democrático de Direito e os institutos e modelos jurídicos consensuais de solução de conflitos	5
2.1 O conceito de processo no Estado Democrático de Direito	5
2.2 As garantias constitucionais para o processo democrático: o devido processo legal	20
2.3 Os institutos e modelos jurídicos consensuais e o Estado Democrático de Direito	28
3 O acordo de não persecução civil como instituto jurídico consensual de enfrentamento à improbidade administrativa	47
3.1 O enfrentamento à improbidade administrativa no direito nacional e internacional	47
3.2 O acordo de não persecução civil e sua conformação no ordenamento jurídico brasileiro	59
3.3 A adequação do acordo de não persecução civil ao paradigma do Estado Democrático de Direito	87
4 A investigação do acordo de não persecução civil no enfrentamento à improbidade administrativa no Brasil.....	97
4.1 Metodologia empregada para a coleta de dados empíricos sobre o acordo de não persecução civil no cenário brasileiro	98
4.2 Um panorama das ações de improbidade administrativa ajuizadas no Brasil após a instituição do acordo de não persecução civil e o impacto do instituto na solução dos casos	107
4.3 Limites e possibilidades do acordo de não persecução civil no enfrentamento à improbidade administrativa no Brasil	125
5 Conclusão	131
Referências	133

Apêndice I – Formulário enviado pelo Google Forms aos Ministérios Públicos Estaduais.....	159
Apêndice II – Ofício encaminhado via e-mail aos núcleos ou centros de apoio na defesa do Patrimônio Público dos Ministérios Públicos Estaduais.....	163
Apêndice III – Ofício encaminhado via e-mail à Secretária-Geral do Ministério Público Federal	165
Apêndice IV – Formulário enviado pelo Google Forms aos núcleos de atuação de combate à corrupção ou representação do Ministério Público Federal localizados em cada Estado da Federação	167
Apêndice V – Ofício encaminhado via e-mail aos núcleos de atuação de combate à corrupção ou representação do Ministério Público Federal localizados em cada Estado da Federação	171